

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DIVA DA CONCEIÇÃO RIBAS MEZZOMO

UM DÍALOGO ENTRE GIORGIO AGAMBEN E PRIMO LEVI:

O Homo Sacer e É isto um homem?

CURITIBA

2019

DIVA DA CONCEIÇÃO RIBAS MEZZOMO

UM DIÁLOGO ENTRE GIORGIO AGAMBEN E PRIMO LEVI:

O Homo Sacer e É isto um homem?

Monografia apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Especialista, Curso de
Especialização em Sociologia Política, Setor de
Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a : Caroline Cordeiro

CURITIBA

2019

RESUMO

Este estudo possui como objetivo fazer um diálogo entre o homem denominado de *isto* por Primo Levi com as teorias de Giorgio Agamben sobre o *Homo sacer* e a vida nua. As experiências vividas por Levi no campo de concentração de Auschwitz tornaram-no um testemunho. O testemunho de um sobrevivente que foi deportado por ser judeu e feito prisioneiro (*Haftling*) em um campo de trabalho forçado, pela decisão de um poder soberano que concebia que sua “vida era indigna de ser vivida” ou uma “vida sem valor”, portanto, portador de uma vida nua (*zoé*) matável e insacrificável do *Homo Sacer*. Primo Levi testemunhou por aqueles que não voltaram, para ele estas foram as verdadeiras testemunhas como o menino *Hurbinek* e os *muçulmanos* que são retratadas ao longo do presente estudo. O momento histórico desses acontecimentos, foram estudados para analisar a conjuntura que levou à ascensão de Adolf Hitler ao poder e conseqüentemente na Segunda Guerra Mundial, que tornaram possível aos nazistas, devido ao estado de exceção, colocarem em prática seus ideais eugênicos (eliminação dos doentes físicos e mentais através de programas de eutanásia) e antissemitas com as legislações raciais, deportações, aprisionamentos e após a eliminação dos judeus. A relevância deste estudo reside em refletir sobre a exclusão contemporânea sofrida pelos refugiados e representada pela xenofobia crescente em vários países ao redor do mundo, como também, no perigo de grupos de extrema-direita com discursos saudosistas tentando o retorno de um passado violento. Por isso a importância da memória e do testemunho para as futuras gerações. A “análise de conteúdo” norteou a pesquisa como método, através de uma revisão da literatura e do estudo do contexto histórico em discussão para compreender melhor o testemunho de Levi e as teorias de Agamben sobre a vida nua.

Palavras-Chaves: *Homo Sacer*. Testemunho. Primo Levi. Antissemitismo. Campos de concentração. Memória.

ABSTRACT

A DIALOGUE BETWEEN GIORGIO AGAMBEN AND PRIMO LEVI: The Homo Sacer and Is this a men?

This study aims to make a dialogue between the man named “this” by Primo Levi with Giorgio Agamben’s theories about “homo sacer” and naked life. Levi’s experiences in Auschwitz concentration camp made him a testimony. The testify of a survivor that was deported for being a Jew and became a prisoner (*Haftling*) in a camp of forced labor, by the decision of the sovereign power, who consider that their life were unworthy, a life without value: a bare life “killable” and “uncreditable”. Primo Levi testified for those who didn’t came back: for him, this ones were the real witnesses, like the boy *Hurbinek* and The *Muslims*, who are described in this discussion. The historical moment of this events was studied to analyze the conjuncture of Hitler’s rise to power and, consequently, in *World War II*, which turned possible to the Nazis, due to the state of exception, put into practice their eugenics ideals (elimination of the physical and mental ill through euthanasia programs) and anti-Semites through racial legislations, deportations, imprisonment and, right after, the Jew elimination. The relevance of this study lies in reflecting on the contemporary exclusion suffered by refugees and represented by the growing xenophobia in several countries around the world, as well as the danger of far-right groups with nostalgic speeches intending the return of a violent past. Hence the importance of memory and testimony for future generations. “Content analysis” guided the research as a method through a literature review and study of the historical context under discussion to better understand Levi’s testimony and Agamben’s theories about naked life.

Keywords: Homo Sacer. Testify. Primo Levi. Anti-Semite. Extermination Camp. Memory.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	5
1	“UMA NOITE DE SÃO BARTOLOMEU QUE DUROU 12 ANOS”.....	8
1.1	Formação do Partido Nazista e o antissemitismo.....	8
1.2	Ascensão do Partido Nazista.....	11
1.3	Hitler – chanceler da Alemanha.....	12
1.4	Fundação do 1º campo de concentração nazista.....	13
1.5	A situação dos judeus e a <i>Kristallnacht</i>	15
1.6	As Leis Raciais de Nuremberg (1934-1935).....	16
1.7	Acolhida das teorias raciais pelos nazistas.....	17
1.8	O programa nazista de eutanásia <i>Aktion T4</i>	19
2	PRIMO LEVI E O TESTEMUNHO.....	23
2.1	Traços biográficos e contextualização histórica.....	23
2.2	O Testemunho.....	25
2.3	A testemunha de <i>Hurbinek</i>	27
2.4	O “Muçulmano”.....	28
3	UM DIÁLOGO ENTRE AGAMBEN E LEVI: o <i>homo sacer</i> e <i>É isto um homem?</i>	30
3.1	O homem sacro.....	30
3.2	<i>É isto um homem?</i>	32
3.2.1	A desumanização.....	32
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
	REFERÊNCIAS.....	39

INTRODUÇÃO

O presente estudo possui como objetivo fazer um diálogo entre os conceitos de Giorgio Agamben, no que diz respeito ao *homo sacer* e à “vida nua” (*zoé*) verificando o sentido “biopolítico” que norteiam as análises deste autor nas obras, *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I* e *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*, com o homem chamado de *isto* por Primo Levi em seu livro de testemunho, *É isto um homem? (Se questo é un uomo)*, escrito em 1947, na qual retrata sua vida cotidiana como prisioneiro num campo de concentração.

Primo Levi (1988, p.9) compartilha seu sofrimento e dos outros prisioneiros no poema de abertura da obra, quando informa que o habitante dos *Lagers* nazistas “morre por um sim ou por um não” e “que não conhece a paz”. O leitor é o destinatário e intimado a refletir (“eu lhes mando essas palavras”) sobre esta desumana parte da História do Século XX, que foi a política nazista de extermínio aplicada aos considerados “inferiores” ou “indignos” (“vida nua”).

A problematização do presente estudo se norteará através da seguinte questão: Qual é a proximidade entre os conceitos de Giorgio Agamben no que diz respeito à figura do *homo sacer* e à “vida nua”, com o homem chamado de *isto* presente na poesia de Primo Levi?

Os objetivos específicos do presente trabalho são: I) Definir os conceitos de Giorgio Agamben sobre o *homo sacer* e a “vida nua”, analisando o sentido “biopolítico” que norteiam as análises deste autor. II) Discutir o testemunho de Primo Levi prisioneiro em Auschwitz III ou Buna Monowitz,, sobre o cotidiano vivido neste campo de trabalho forçado e a “vida nua” dos confinados naquela zona de anomia. III) Identificar os métodos da política nazista em transformar os judeus em “coisas” localizando neste meio concentracionário àquele que era visto como o “muçulmano”.

A metodologia empregada no presente trabalho foi a de Bardin, L. (2002) denominada *Análise de Conteúdo*, uma técnica utilizada para descrever e interpretar o conteúdo de todo tipo de documentos e textos, como jornais, revistas, livros, cartas, fotos, cartazes, relatos autobiográficos, filmes, vídeos, etc. Os dados obtidos dessas fontes são processados pelo

pesquisador através de um trabalho de compreensão, inferência e interpretação próprios da análise de conteúdo.

O ponto de partida fundamental para a análise de conteúdo reside em uma organização prévia, seguindo as diferentes fases do método que se organizam com três tópicos fundamentais como esclarece Bardin (2002, p. 95): 1. A pré-análise; 2. A exploração do material; e, por fim, 3. O tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação.

Assim, a priori na “pré-análise” foi exercida uma *leitura flutuante* com o objetivo de estabelecer contato com os documentos escolhidos, encontrados na *internet* como revistas, artigos, fotos, filmes, documentários e poesias referentes ao estudo em questão, analisando se correspondiam aos objetivos por mim propostos. O contexto histórico no qual o tema está introduzido (Alemanha 1933-1945, ascensão de Hitler ao poder, processo autoritário e discriminatório do nazismo) exigiu estudo e compreensão, sendo praxe de uma boa análise de conteúdo, para se entender os textos abordados.

O caso de Primo Levi que testemunhou o passo a passo da estratégia nazista para excluir os indesejados da vida política comum dos cidadãos (*biós*) ilustra bem a importância de um bom entendimento da conjuntura histórica que este autor estava inserido. Por isso, a biografia do autor, os destinatários e o porque das transmissões das mensagens desses testemunhos ou as *condições de produção* dos textos tornaram-se essenciais para a evolução do trabalho em questão.

Um pequeno estudo sobre as Leis Raciais de Nuremberg para melhor esclarecimento sobre o estatuto jurídico que tornaram os judeus em pessoas “inferiores” se fez necessário. O *site* (<https://encyclopedia.ushmm.org>th...>) traz uma riqueza de detalhes históricos sobre os acontecimentos relativos ao extermínio dos judeus da Europa. Apresenta fotos históricas dos campos de concentração e cartazes sobre a política de extermínio nazistas. Igualmente da *internet* foram selecionados artigos acadêmicos e organizados no *iBooks* , objetivando um estudo analítico com as demais obras.

A importância deste estudo para a Sociologia Política se concentra em três pontos: I) O fato de os sobreviventes dos campos de concentração nazistas em sua maioria já estarem mortos, alguns deixaram seus testemunhos para a História e para as futuras gerações. Ainda há o perigo que essa memória seja esquecida em prejuízo da sociedade vindoura. II) É importante para a Sociologia Política resgatar a memória daqueles que não voltaram para dar testemunho, que foram as “testemunhas integrais”

deste episódio histórico e político do século XX que foi o extermínio nazista. Como bem descreveu o filósofo Giorgio Agamben (2007, p. 190- 191) sobre a figura que foi taxada nos campos como *muçulmano*: "Mudo e absolutamente só, ele passou para um outro mundo, sem memória e sem comiseração." III) Acompanhamos diariamente através da mídia, os imigrantes e refugiados do mundo sendo barrados nas fronteiras e mal vistos por governos e cidadãos contemporâneos dos países nos quais pedem morada. A xenofobia e o antissemitismo ronda nosso século XXI, por isso é necessário que cada vez mais estudos sobre qualquer tipo de intolerância surjam e transpassem os muros acadêmicos com o objetivo de alertar e conscientizar a população.

Primo Levi (1988, p. 7) esclarece através de sua experiência como deportado e excluído por ser judeu, que: "Muitas, pessoas ou povos, podem chegar a pensar, conscientemente ou não, que 'cada estrangeiro é um inimigo'" e esta concepção de mundo como uma "infecção latente" pode levar conseqüentemente aos campos de concentração porque a "história dos campos de extermínio deveria ser compreendida por todos como sinistro sinal de perigo."

Esta monografia está organizada em três capítulos. O primeiro discute o contexto histórico da Alemanha e a crise após a derrota na Primeira Guerra Mundial, o antissemitismo, a formação do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, a ascensão de Hitler ao poder e suas conseqüências aos considerados indesejáveis ao sistema nazista. O segundo aborda o itinerário de Primo Levi de Turim como um *partigiani* a Auschwitz como um deportado, e logo após um *Häftling*(prisioneiro) de um campo de trabalho forçado em Buna- Monowitz. Sua sobrevivência tornou-o um testemunho por delegação das verdadeiras testemunhas que não puderam voltar, das "testemunhas integrais" e dos "muçulmanos".

O terceiro e último capítulo examina a relação entre as teorias de Giorgio Agamben sobre o *homo sacer* e a vida nua e o homem denominado de *isto* por Primo Levi retratando o processo de desumanização aplicado aos judeus para transformá-los em "coisas".

1 “UMA NOITE DE SÃO BARTOLOMEU QUE DUROU 12 ANOS”

Na História Mundial, “A Noite de São Bartolomeu”, ou o “Massacre da Noite de São Bartolomeu” ocorreu na França em 23 e 24 de agosto de 1572 para reprimir os protestantes, a mando dos reis franceses que eram católicos. Um episódio de execuções e massacres, uma vez que milhares de huguenotes foram mortos nessa mesma noite.

Adolf Hitler sobe ao poder em 1933 e deixa-o em 1945 com a derrota da Alemanha na Segunda Guerra e a entrada dos russos em Berlim leva-o ao suicídio. Desse modo, foram doze anos de derramamento de sangue, execuções, deportações, perseguições, assassinatos de judeus, ciganos, homossexuais, testemunhas de Jeová, doentes físicos e mentais, comunistas e divergentes políticos de forma desmedida e absurda. Por isso, o título desse capítulo, seguindo uma citação de Giorgio Agamben é “Uma Noite de São Bartolomeu que durou doze anos”.

O objetivo específico é contextualizar o período histórico em estudo, seguindo a metodologia de Bardin L. (2002), *Análise de conteúdo*, para melhor esclarecer a temática proposta no que se refere à subida de Hitler ao poder e suas consequências. Como referência apresento as seguintes obras: 1) *O Holocausto: uma nova história*, 2) *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, 3) *O Pavilhão dos pais: Dachau 1938-1945*, 4) *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. 5) *A Gestapo: a história da polícia secreta de Hitler: 1933-1945*.

1.1 Formação do Partido Nazista e o antissemitismo

Laurence Rees (2018, p.13- 14) descreve sobre uma fonte histórica de grande importância conhecida como *Carta Gemlich* que traz elucidacões sobre as origens do ódio de Adolf Hitler contra os judeus. Na carta datada de 16 de setembro de 1919, Hitler responde ao questionamento de Adolf Gemlich, um militar alemão, sobre a posição da Alemanha sobre a “questão judaica”. Segundo Hitler, o sofrimento da Alemanha como a derrota na Primeira Guerra Mundial, as imposições do Tratado de Versalhes, a crise e o desemprego tinham como responsáveis os judeus que são uma “raça não alemã, estrangeira, desfruta de todos os direitos políticos de que nós dispomos e suas atividades produzem uma tuberculose racial entre as nações. Por isso o objetivo final do governo alemão deveria ser a remoção intransigente de todos os judeus”.

Em 12 de setembro de 1919, uma semana antes de Hitler enviar sua carta, comparece numa cervejaria de Munique, para uma reunião do Partido dos Trabalhadores Alemães (*Deutsche Arbeiterpartei* – DAP). Um pequeno grupo político de extrema-direita da Baviera ligado à Sociedade *Thule* que possuía em seu quadro membros radicais antissemitas como Dietrich Eckart. Eckart teria enorme influência, juntamente com Anton Drexler como mentores de Adolf Hitler. A exigência para à filiação, nesta sociedade, se restringia num juramento que destacava que “nenhum sangue judeu ou tingido, corria pelas suas veias ou pelas de sua esposa” (REES, 2018, p. 29).

Na reunião de 12 de setembro, o talento de Hitler como orador foi notado pelo presidente do partido Anton Drexler, que logo em seguida recolhe-o como membro do DAP. Um pouco mais tarde, o partido é renomeado como “Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães” (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (NSDAP). Assim, o Partido Nazista lança no início de 1920 em seu programa partidário 25 pontos, sendo que o quarto ponto formulado por Drexler e Hitler dizia que: “Apenas membros da nação podem ser cidadãos do Estado [...] Da mesma maneira, nenhum judeu pode ser membro da nação” (REES, 2018, p. 32)

Hitler prossegue com seus discursos antissemitas no decorrer dos meses e anos seguintes, afirmando que apenas pela força bruta seria possível livrar a nação da presença judaica. Note-se que mais tarde ele vai esquematizar um programa para livrar a Europa inteira da presença judaica. Por enquanto, o NSDAP almejava como política oficial retirar a cidadania alemã dos judeus. Em 1921, Hitler publica um artigo no jornal do partido nazista *Völkischer Beobachter* comprado com a ajuda de Dietrich Eckart, sugerindo que: “A sabotagem judaica de nosso *Volk* deve ser evitada [...] se necessário por meio do confinamento de seus instigadores em campos de concentração. Em breve, nosso *Volk* será limpo de todo veneno, de alto a baixo” (REES, 2018, p. 32-33).

Em 1923, é lançado na Alemanha o jornal antissemita *Der Stürmer* (1923-1945) para propagar o ódio contra os judeus. Nesse jornal, foi publicado o livro infantil *Der Giftpilz* (O Cogumelo Venenoso), que objetivava fazer com que as crianças alemãs acreditassem, que como na floresta não se podia distinguir um cogumelo bom de um venenoso, da mesma forma era difícil perceber a maldade dos judeus. O editor desse jornal era Julius Streicher que teve um papel importante na máquina de propaganda do Partido Nazista como antissemita ferrenho e violento.

Em 1922, Streicher presenciou pela primeira vez um discurso de Hitler em Munique. No Julgamento de Nuremberg, após a guerra, ele declarou que seu destino era seguir Adolf Hitler. “Eu vi esse homem pouco antes da meia-noite [...] depois de ele ter discursado por três horas, encharcado de suor, radiante. Alguém ao meu lado achou ter visto um halo em volta de sua cabeça, e eu experimentei algo que transcendia ao lugar comum” (REES, 2018, p. 38)

Após o discurso de Hitler, Streicher convence seus seguidores da Comunidade Trabalhadora Alemã a se filiarem ao Partido Nazista e a seguirem Hitler como um líder. Nessa época, os ataques aos judeus, por parte de Streicher tornaram-se mais radicais chegando a afirmar que os judeus em Nuremberg assassinavam crianças cristãs a fim de obter o sangue, para preparar o pão para a celebração da *Pessach*. O ódio obsessivo de Streicher pelos judeus tornou-o um tipo ideal de homem para filiar-se ao Partido Nazista. Em um discurso em 1932 ele declarou que: “Nós nacional-socialistas acreditamos que Adolf Hitler é um emissário para uma nova Alemanha. Acreditamos que foi enviado por Deus para libertar o povo alemão do todo-poderoso judaísmo sanguessuga”. (REES, 2018, p. 68).

Em 1925, Joseph Goebbels, o futuro ministro da propaganda nazista, conhece Hitler pessoalmente e anotou em seu diário conforme Rees (2018, p. 60) suas impressões:

Um dia que nunca vou esquecer. Ainda estou num sonho [...] Que voz. Que gestos, que paixão. [...] Agora sei que o homem que lidera é um líder nato. Estou disposto a sacrificar tudo por esse homem. em tempos de grande necessidade, a história dá às pessoas os maiores homens.

Em 1926, Goebbels, que era um orador de rua e agitador nazista, é nomeado por Hitler como Gauleiter (líder nazista) de Berlim. Desse modo, a propaganda antisemita torna-se seu alvo principal. Edita em 1927 o jornal nazista *Der Angriff* (“O Ataque”) e ali publicava cartuns sobre os judeus como pessoas não confiáveis, de nariz de gancho e como asnos.

Goebbels também apoiou ações contra os judeus nas ruas. No Ano Novo Judeu, em setembro de 1931, Stormtroopers deslocaram-se em massa para a principal rua de compras em Berlim, a Kurfürstendamm, e assediaram todos aqueles que julgavam ser judeus. [...] os nazistas vinham dizendo havia anos que as grandes lojas de departamento eram, em sua maioria, propriedades de judeus e uma ameaça ao lojista tradicional. Essas lojas – símbolos da modernidade – eram consideradas “negócios vampiros” pelos nazistas, porque supostamente sugavam o sangue vital da tradicional rua principal de compras. (REES, 2018, p. 69)

Assim, Hitler vai atraindo para o partido várias pessoas que mais tarde se tornariam figuras de destaque no movimento nazista como Streicher, Ernst Röhm, Göring, Hans Frank, Rudolf Hess, Himmler e Goebbels. Estes homens são envolvidos pela retórica e pelo efeito carismático de Hitler, como se ele estivesse predestinado a liderá-los como um *Führer* (líder). Todos partilhavam das mesmas ideias e crenças políticas. A atração se dá em parte pela garantia de uma saída da crise que a Alemanha passava, através de promessas de métodos radicais para transformar isso em realidade. Para Hitler, as falhas dos líderes anteriores do movimento *völkisch* foram à ingenuidade e o despreparo dos jovens educados na retórica e na filosofia. Afirma em 1922, conforme Rees (2018, p. 40) que “nós preferimos treiná-los a usar sua força física [...] Eu conclamo vocês! Juntem-se às nossas Divisões de Assalto!”. As Divisões de Assalto eram uma milícia paramilitar, advindas das classes mais baixas (exceto os oficiais) e desempregadas, denominada de os Stormtroopers ou Sturmabteilung (SA), chefiadas por Ernst Röhm. No início do Partido Nazista, faziam a segurança nas manifestações do partido, entravam em choque com os opositores políticos, principalmente marxistas, provocando brigas e arruaças, como também, espancavam os judeus.

1.2 Ascensão do Partido Nazista

Em 1930, o povo alemão encontrava-se assustado e em grandes dificuldades. A taxa de desemprego estava altíssima indo de 1,3 milhão para 3 milhões em apenas 1 ano (setembro de 1929 a setembro de 1930). A crise de 1929 ocasionada pela quebra da Bolsa de Valores em Nova York afetou a economia mundial, especialmente a Alemanha que dependia dos empréstimos dos Estados Unidos para sobreviver e pagar as dívidas impostas pelo Tratado de Versalhes. Esta difícil situação econômica da Alemanha levou o Partido Nazista à ascensão. “Nas eleições de setembro de 1930, os nazistas tiveram mais de seis milhões de votos e se tornaram o segundo maior partido político do Reichstag.” (REES, 2018, p. 66)

A partir disso, Hitler ameniza um pouco seu discurso contra os judeus alertando o povo contra os perigos do comunismo. Em 1932, faz um discurso aos industriais de Düsseldorf afirmando, conforme (REES, p. 67) que “estamos num ponto crucial do destino da Alemanha devido ao risco do caos bolchevista”. Os nazistas sempre repetiam que os judeus eram responsáveis pelo bolchevismo e pela corrupção do capitalismo que provocara a Crise de 1929 e conseqüentemente a depressão econômica. O público já

entendia nos discursos de Hitler que por trás da palavra “bolchevismo” já estavam os judeus, sem o orador mencioná-los. Assim, na época de crescimento eleitoral, Hitler atenuou seu discurso, mas os judeus seriam os culpados de tudo, sempre.

Nas eleições gerais de julho de 1932 os dois partidos mais votados foram os nazistas (37%) e os comunistas (14%). Hitler prometia a restauração da ordem, aspiração da elite política que temia o comunismo e estava desgostosa com a democracia, representada pela República de Weimar. Em 1932, o presidente da Alemanha, Von Hindenburg, estava disposto a transferir a democracia por um governo de direita, e os nazistas eram a maior força política de direita naquele momento, entretanto, ele não queria Hitler como chanceler. Num encontro em agosto de 1932 Hindenburg declara a Hitler que:

Não poderia justificar perante Deus, perante a própria consciência ou perante a pátria, a transferência de toda a autoridade de governo a um único partido, especialmente a um partido que se mostrava preconceituoso contra pessoas que tinham pontos de vista diferentes dos seus [...] um gabinete presidencial chefiado por você inevitavelmente caminhará para um ditadura de partido com todas as suas consequências, resultando uma exacerbação dos antagonismos dentro do povo alemão (HINDEBURG, *apud* REES, 2018 p.72)

Em 1932, Hindenburg nomeou dois chanceleres para o seu governo, Franz von Papen e Kurt von Schleicher. Hindenburg não era antissemita, uma vez que, em agosto de 1932 escreveu à União Central dos Cidadãos Alemães de Fé Judaica condenando os ataques contra os judeus. No entanto, pessoas muito próximas de Hindenburg simpatizavam com o antissemitismo como era o caso do chanceler Papen. Ele não contava com o apoio do povo, por este motivo, teve que entregar a chancelaria nas mãos de Kurt von Schleicher que também era impopular. Diante disso, Papen convence Hindenburg a nomear Hitler como chanceler da Alemanha. Papen retornaria ao governo como vice-chanceler, e o presidente concordou, em parte devido à esperança de que Hitler fosse controlado por ele e outros não nazistas nomeados para o gabinete. (REES, 2018, p. 72-73)

1.3 Hitler – chanceler da Alemanha

Em 30 de janeiro de 1933, Hitler tornou-se chanceler da Alemanha e convocou para 5 de março uma eleição para dar legitimidade ao seu novo regime. Pretendia aprovar uma Lei Plenipotenciária que lhe permitiria governar sem o parlamento e sem

as leis que requeriam aprovação do presidente Von Hindenburg. O incêndio do parlamento alemão, o *Reishtag* ocorrido em 27 de fevereiro de 1933, provocado por um comunista holandês chamado Marinus van der Lubbe, torna-se vantajoso para Hitler por que o presidente “assinou a legislação que suspendia direitos humanos básicos na Alemanha, como o direito de reunião e o direito de se expressar”. (REES, 2018, p.77)

Em 24 de março de 1933 o Ato de Permissão (*Lei de Supressão do Sofrimento do Povo e do Reich*) chamada de Lei Plenipotenciária ou de Exceção foi aprovada e conforme Rees (2018, p. 79) “deu a Hitler poderes abrangentes para governar sem o Reischtag e foi a base legal do que viria a ser uma ditadura nazista” Esta lei concedia plenos poderes ao chanceler, tanto legislativos como executivos pelo prazo de 4 anos e acabou sendo prorrogada por mais 4 anos em 1937 e novamente em 1941.

1.4 Fundação do 1º campo de concentração nazista

Em 22 de março de 1933, os nazistas fundam o 1º campo de concentração na cidade de Dachau, perto de Munique. Henirich Himmler que nessa altura era chefe de polícia da Baviera controlava uma unidade denominada *Schutzstaffel*, ou SS. Pretendia transformá-los num grupo de elite para formar as equipas de guardas para os campos de concentração. Os opositores políticos dos nazistas foram os primeiros prisioneiros nesses campos. Segundo Guillaume Zeller (2018, p.21), Himmler (futuro *Reichführer SS*) “anuncia a abertura do campo de Dachau durante uma conferência, reproduzida pela imprensa local”

Na quarta-feira, será aberto, nas cercanias de Dachau , o primeiro campo de concentração . Sua capacidade é de 5 mil pessoas. Todos os funcionários comunistas e, se preciso for , os membros da *Reichsbanner*⁴ ou de tendência marxista ficarão concentrados lá [...] . Tomamos essas medidas sem nenhuma consideração mesquinha, convencidos de agir pela pacificação nacional e de acordo com o desejo da população. (HIMMLER, *apud* ZELLER, 2018, p. 21)

Himmler faz uso de um discurso paternalista para justificar as prisões em massa dos opositores políticos em campos de concentração, enfatizando uma “custódia protetora” do Estado nazista que visava o próprio bem dos indivíduos.

Tenho feito uso bastante intensivo da custódia protetora. [...] Senti-me obrigado a isso porque em muitas partes da cidade tem havido muita agitação, e ficou impossível para mim garantir a segurança daqueles

indivíduos específicos que a provocaram . (HIMMLER, *apud* REES, 2018, p. 91)

Segundo Giorgio Agamben (2007, p.173-174);

Os campos nascem, portanto, não do direito ordinário (e menos ainda, como se poderia inclusive crer, de uma transformação e um desenvolvimento do direito carcerário) , mas do estado de exceção e da lei marcial. Isto é ainda mais evidente quanto aos *lager* nazistas

Portanto, a custódia protetora (*Schutzhaft*) de Himmler reiterava que aqueles que eram enviados para campos de concentração teriam sua segurança assegurada e conseqüentemente a população ficaria protegida. Se por ventura os prisioneiros um dia fossem libertados teriam a obrigação de assinar uma declaração que dizia segundo Rees, (2018, p. 90-91): “Tenho ciência de que a qualquer momento posso solicitar um período adicional de custódia protetora, caso considere que meu bem-estar físico esteja correndo risco”. Esta custódia protetora imposta por Himmler aos opositores políticos dos nazistas era falsa, como pode ser exemplificada ao que aconteceu a Josef Felder político do Partido Social- Democrata que votou contra a Lei Plenipotenciária de Hitler e por isso foi detido e enviado para Dachau. No bunker torturaram-no psicologicamente oferecendo-lhe uma corda para ele se enforcar. Após vários dias se alimentando apenas de pão e água os guardas diziam-lhe: “Você vai sair amanhã” apenas para humilhá-lo. Felder ficou detido por 1 ano em Dachau. Outro, dentre vários exemplos, foi o de Hans Beimler que por ser um comunista alemão de destaque, os Stormtroopers (SA) o espancaram na prisão com cassetetes de borracha. Após 14 dias foi transferido para Dachau , levou pancadas na cabeça e jogado numa cela do bunker, o guarda ensinou-lhe como se enforcar.

Artigos de jornais como o *Manchester Guardian* e outras obras esclareciam nessa época, segundo Rees, (2018, p. 96), “a maneira pela qual eram ministradas pelos guardas as surras nos detentos ou açoitar com um cassetete de couro de boi, provido de uma tira de aço e os golpes _ o número varia de 25 a 75, conforme a punição são contados em voz alta por um homem da SS”.

Himmler contratou para o campo de concentração de Dachau um novo comandante com um perfil da SS chamado Theodor Eicke. Sob seu comando “os guardas em Dachau deixaram de ser o bando original de lutadores de rua e constituíram um corpo profissional dentro da recém formada divisão SS da Caveira.” (REES, 2018, p. 101). Eicke ensinava uma disciplina rígida aos guardas exigindo que fossem duros e inflexíveis na presença dos prisioneiros, grifava que ser membro da SS em Dachau era

ser um soldado de elite na luta contra os inimigos do Estado. O lema da SS era *Meine Ehre heisst Treue* (“Minha honra chama-se lealdade”).

Theodor Eicke fez escolhas criteriosas, entre alguns prisioneiros, para supervisionarem o campo e seus colegas internos, eles seriam conhecidos como Kapos. Este sistema trouxe vantagens para a SS porque a vigilância se estenderia por todas as horas como também à brutalidade constante e direta dos Kapos intimidaria ainda mais os detentos.

Com o tempo, a existência de Kapos permitiu que a SS mantivesse maior distância dos prisioneiros. Isso significava que em vez de eles mesmos atacarem fisicamente os internos, podiam instruir os Kapos a darem as surras por eles. Assim, os guardas podiam escolher não ficar cobertos de suor e do sangue dos prisioneiros enquanto estes eram açoitados. (REES, 2018, p. 103)

Este sistema impiedoso de Kapos foi largamente utilizado nos campos de extermínio como Auschwitz. Rudolf Höss foi comandante de Auschwitz a partir de 1940. Esteve primeiramente como soldado comum da SS em Dachau em 1934.

1.5 A situação dos judeus e a *Kristallnacht*

Em 28 de março de 1933, Hitler convoca um boicote nacional às lojas e aos negócios judeus para o dia 1º de abril do mesmo ano. O boicote foi realizado como uma retaliação aos judeus estrangeiros que criticavam o regime nazista. Hitler e o seu partido usavam como tática apertar cada vez mais o cerco contra os judeus alemães quando a imprensa internacional os depreciava. Deixava clara sua intolerância aos ataques estrangeiros contra sua política antissemita.

Em seu segundo mês como Chanceler, Hitler instituiu um boicote aos produtos e lojas judaicas. Com gritos de *Judah verrecke!* (Morram, Judeus!), a SA e a SS invadiam as cidades, incitando a multidão para que agredisse ou humilhasse qualquer judeu que encontrasse pelo caminho, bem como boicotar e destruir suas lojas e restaurantes. (BUTLER, 2008, p. 60)

A difícil situação dos judeus intensificou-se na noite de 9 de novembro de 1938 com a *Kristallnacht* (Noite dos Cristais) um *pogrom* entendido pelos historiadores como o início da perseguições contra os judeus, e uma manifestação declaradamente antissemita. Para Hannah Arendt (1999.p.248) este acontecimento foi o “prelúdio da Solução Final”.

Segundo Butler (2008, p.62) na Alemanha várias sinagogas foram incendiadas e o lugar de comércio dos judeus tiveram suas vitrines todas destruídas e com tantos cacos quebrados que brilhava à noite, o episódio ficou conhecido na História como a “Noite dos Cristais”. Vários judeus foram assassinados e os restantes enviados para campos de concentração. O historiador Laurence Rees (2018, p. 176-177) esclarece que na imprensa alemã a *SS (Schutzstaffel)*, no jornal *Das Schwarze Korps* (“O Corpo Negro”), incitava a população contra os judeus antes e depois da “Noite dos Cristais” e que “ nos campos de concentração os *SS* espancavam, açoitavam e atormentavam de outras formas milhares de judeus após a *Kristallnacht* “.

Após massacrarem os judeus com surras efetivadas pelos Stormtroopers e fecharem suas lojas, os nazistas começaram a impor leis antissemitas. Em 7 de abril de 1933 é aprovada a Lei para a Reabilitação do Serviço Público Profissional que exigia a remoção de funcionários que não fossem de “ascendência ariana”. Advogados “não arianos” foram obrigados a cessar suas atividades, com uma exceção a pedido do presidente Hindenburg , para aqueles judeus que lutaram ou tiveram parentes mortos na Primeira Guerra Mundial. No final do mês de abril outra lei foi aprovada e dizia respeito a restrição de estudantes judeus nas escolas e universidades públicas.

1.6 As leis raciais de Nuremberg (1934-1935)

As Leis de Nuremberg criaram uma base legal para a exclusão cívica dos judeus alemães. Em 1934 o presidente Von Hindenburg falece, e Hitler torna-se além de chanceler chefe de Estado. Funcionários das forças armadas e da administração pública juraram-lhe lealdade pessoalmente. Nesse momento, a política nazista continuava restringindo os direitos dos judeus na Alemanha e incentivando-os a deixarem o país. Em 1933, 37 mil judeus já haviam deixado a Alemanha, cerca de 7% dos 520 mil judeus do país. Para os judeus era muito difícil deixar a Alemanha devido às leis de emigração que restringiam seus bens a quase nada, como também havia a grande dificuldade de encontrar um país que os aceitasse. (REES, 2018, p. 84)

Enquanto isso em setembro de 1935 é aprovada pelos nazistas uma nova lei intitulada Lei para a Proteção do Sangue e da Honra Alemãs que proibia o ato sexual entre judeus e alemães, bem como a realização de casamento entre eles. Em 14 de setembro de 1935, Hitler acrescenta outra lei para revogar a cidadania dos judeus alemães, conhecida como a Lei da Cidadania do Reich. A Lei da Bandeira do Reich

adotava a bandeira da suástica nazista como símbolo da Alemanha e proibia os judeus de hasteá-la. Assim, foram reunidas as três partes das Leis de Nuremberg e aprovadas em 15 de setembro de 1935.

Segundo Rees (2018, p. 115- 116)

Em termos práticos, as novas leis em grande medida apenas refletiam a realidade existente em boa parte da Alemanha, já que, mesmo antes da legislação, os nazistas locais pressionavam os não judeus a se separarem dos judeus, tanto na vida pessoal como nos negócios. Mesmo assim, as Leis de Nuremberg, foram um divisor de águas na atitude do Estado nazista em relação aos judeus alemães.

Sendo uma Lei do Reich, a Lei para Proteção do Sangue e Honra Alemães necessitava de esclarecimento por parte dos nazistas para estipular para a população quem era judeu e quem não era, porque não sabiam dizer, é óbvio, por exame de “sangue”. Somente assim, poderia haver aplicabilidade desta lei. Assim, os nazistas apelaram para a religião judaica, apesar de Hitler ter afirmado em 1919, em sua carta, que “os judeus são definitivamente uma raça, e não uma comunidade religiosa.”

No entanto, apesar da busca desesperada de um teste que identificasse o “sangue” judeu, os nazistas _ o que não surpreende _ nunca conseguiram achar uma maneira científica de atestar se um indivíduo fazia parte ou não da “raça” judaica. Assim, quando começaram a perseguir e exterminar judeus, tinham que se apoiar em um teste da “condição de judeu” religioso. Avaliavam se você era judeu ou não contando quantos de seus avós praticavam a fé judaica. Mesmo assim, ainda acreditavam que os judeus eram uma “raça”, e não uma “religião”. (REES, 2018, p. 22)

Segundo Giorgio Agamben (2008, p.88-91) a Lei para a Proteção do Sangue e Honra Alemães marcou um corte decisivo na biopolítica nazista. A primeira divisão ocorreu com a separação entre os cidadãos de “ascendência ariana” e os de “ascendência não ariana”, destes últimos foram separados os judeus (*Volljuden*) dos *Mischlinge* (pessoas que tinham apenas um avô judeu ou dois avós judeus, mas que não professavam a fé judaica, e não tinham cônjuges judeus até a data de 15 de setembro de 1935). Essas separações biopolíticas foram isolando cada vez mais os humanos até chegarem numa situação de degradação “que corresponde a um processo de *Entwürdigung* “ [aviltamento]”. (AGAMBEN, 2008, p. 90)

1.7 Acolhida das teorias raciais pelos nazistas

Em setembro de 1919, Hitler manifestou seu antissemitismo na *Carta Gemlich*, 15 anos antes de tomar o poder em 1933. O ambiente estava propício na Alemanha e outras partes da Europa, antes e após a Primeira Guerra Mundial, uma vez que, germinavam por toda parte correntes de pensamento antissemita. Nessa época surge na Alemanha um movimento denominado *völkisch*, voltado ao amor pela terra e solo de seu país, e o conceito de *Völk* se tornaria mais tarde essencial para Hitler e os nazistas. Os judeus alemães ficaram excluídos desse movimento por não serem considerados alemães e por não cultivarem o solo, uma vez que foi-lhes proibido em várias épocas da História Europeia de possuírem terras. A maioria dos judeus vivia em cidades e trabalhavam em empregos que eram contrários ao ideal *völkisch*, ou seja, na indústria e no comércio.

Segundo Rees (2018, p. 36) o “partido nazista não era a única organização que promovia o antissemitismo ao lado dos ideais do movimento *völkisch*.” Em 1921 no *Anuário Völkisch Alemão* havia cerca de 70 grupos listados e “acreditavam que, ao retirar a cidadania alemã dos judeus, o *Völk* floresceria de novo.” Assim, além do antissemitismo de base cristã que via nos judeus os responsáveis pela morte de Jesus Cristo (principalmente na Europa Medieval) e ainda trazia seus resquícios numa Alemanha derrotada e em crise, havia o *völkisch*.

Surgiu uma nova maneira de atacar os judeus exposta em torno da ideia do “antissemitismo com base na razão” proclamada por Hitler em sua carta de 16 de setembro de 1919. De acordo com Rees (2018, p.19) os antissemitas “modernos” como Hitler procuravam apoio em uma pseudociência para justificarem seu ódio contra os judeus e desse modo “estes deveriam ser desprezados não por sua religião, mas por sua ‘raça’”.

Em 1855 foi publicado na Europa *Essai sur l'inégalité des races humaines* (“Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas”) de Arthur Gobineau que trazia a ideia de seres humanos superiores e inferiores conforme sua raça. Concebia o mundo dividido em três raças os negros, os amarelos e os brancos, a raça branca seria superior, ápice na hierarquia racial, e seu sangue deveria ser preservado como condição da prosperidade para as civilizações. Houston Stewart Chamberlain lê Gobineau e acrescenta em sua obra *Die Grundlagen des XIX Jahrhunderts* (Alicerces do Século XIX) publicada em 1899, suas ideias antissemitas. No jornal do partido nazista *Völkischer Beobachter*, o autor dos “Alicerces”, que conheceu pessoalmente Hitler em 1923, recebe homenagens e uma cobertura especial pelo conteúdo de seu livro que se tornou

um texto venerado. Chamberlain acreditava que os judeus faziam parte de um “‘povo asiático estrangeiro’ que havia ‘pelos meios mais vis, adquirido imensa riqueza’”. Na sua concepção apenas os judeus e a raça alemã mantiveram-se puros e com isso nasceu uma disputa pela supremacia entre a raça judaica e a ariana. Os “arianos representavam o ideal mais fundamental, os judeus representavam justamente o inverso”. (REES, 2018. p. 19- 20).

O antissemitismo tradicional de base cristã, o antissemitismo *völkisch*, e o antissemitismo racial ganham outro elemento com o advento da eugenia. O termo eugenia foi criado pelo cientista inglês Francis Galton e quer dizer em grego boa raça. Sua obra *Hereditary Genius* (“Gênio Hereditário) de 1869 gira em torno da questão de quem teria direito de procriar. Galton estabelece que através de cuidadosa seleção seria possível produzir uma raça de homens altamente dotados, por meio de casamentos criteriosos durante várias gerações consecutivas. Seria um dever perante a humanidade e uma obrigação com os futuros habitantes da terra. Alfred Ploetz, médico alemão, que fez parte do partido nazista, cunhou o termo higiene racial ou *Rassenhygiene*, uma forma de eugenia, e promoveu o conceito na Alemanha levantando em 1895 a “possibilidade de médicos decidirem se os bebês deveriam viver ou morrer com base em seu valor racial.” (REES, 2018, p 21)

Karl Binding (jurista alemão, especialista em direito penal) e Alfred Hoche (médico e professor de medicina preocupado com questões da ética na profissão) escrevem em 1920 *Die Freigabe der Vernichtung lebensunwerten Lebens* (“ A autorização do aniquilamento da vida indigna de ser vivida”) . Binding separa as vidas mais cheias de valor (*wertvollsten Leben*) das vidas não mais dignas de serem vividas como os deficientes mentais que vivem “existências não só absolutamente sem valor (*wertlosen*), mas, aliás, que devem ser avaliadas negativamente” (BINDING, 1920, p.27-29 *apud* AGAMBEN, 2007, p. 143-150)

1.8 O programa nazista de eutanásia *Aktion T4*

Em 1º de setembro de 1939, com a invasão da Polônia, e o início da 2ª Guerra Mundial, Hitler aproveita o fato para resolver a questão da eutanásia. Em 1935, Hitler já havia declarado, conforme Arendt (1999, p.124), em uma conversa com o médico-chefe do Reich, Gerhard Wagner, que “ ‘era mais fácil fazê-lo em tempo de guerra’ ” . Assim, define a política eugênica do Estado nazista e oficializa o lançamento do

programa *Aktion T4*, conhecido em segredo como T4 devido ao endereço do quartel-general do esquema, a Tiergartenstrasse 4, em Berlim, que ordenava através do decreto de Hitler de 1º de setembro de 1939 que “ ‘pessoas incuráveis devem receber uma morte misericordiosa’ “ (ARENDDT, 1999, p.124)

A Chancelaria do Führer, o departamento pessoal de Hitler e o Departamento de Saúde do Reich foram os responsáveis pela direção da *Aktion T4*, como por exemplo, Karl Brandt, médico de Hitler, e Hans Lammers seu conselheiro jurídico e chefe da Chancelaria do Reich. Após a guerra, Lammers testemunhou nos julgamentos de Nuremberg, conforme Rees (2018, p. 203), que Hitler “explicou que a coisa certa era acabar com essa vida não merecedora de vida. Também disse que dessa maneira seria possível poupar custos de hospitais, médicos e equipes de enfermagem”. Assim, seis centros de eutanásia são criados para matar as pessoas selecionadas em câmaras de gás: Brandenburg, Grafeneck, Bernburg, Hadamar e Sonnenstein na Alemanha e Hartheim na Áustria. Estes centros foram um teste e um aprendizado para os homens responsáveis pela T4 e seus subordinados, para o que viria depois em 1942, no Leste Europeu, pois transferiram seus conhecimentos e habilidades para a construção das novas instalações de câmaras de gás para o extermínio dos judeus.

Giorgio Agamben (2007, p. 147- 148) informa através dos testemunhos dos processos de Nuremberg, após a guerra, a maneira pela qual as execuções por eutanásia eram realizadas em Grafeneck. Esta instituição recebia cerca de setenta doentes mentais incuráveis por dia, crianças e velhos com idade entre 6 a 93 anos. Em sua maioria, após uma consulta com os doutores Schumman e Baumhardt, responsáveis pelo programa, os doentes eram mortos nas 24 horas seguintes à sua chegada.

[...] primeiro era-lhes ministrada uma dose de 2cm de Morphium-Escopolamina e depois eram introduzidos numa câmara de gás. Em outros institutos, (como, por exemplo, em Hadamer), os doentes eram mortos com uma forte dose de Luminal, Veronal e Morphium. Calcula-se que deste modo foram eliminadas cerca de sessenta mil pessoas.

Segundo Hannah Arendt (1999, p. 124) a primeira câmara de gás foi construída em 1939 na Alemanha, para cumprir a ordem de Hitler que dizia que os deficientes físicos e mentais deveriam ter uma “morte misericordiosa”.

O decreto foi cumprido imediatamente no que dizia respeito aos doentes mentais, e entre dezembro de 1939 e agosto de 1941, cerca de 50 mil alemães foram mortos com monóxido de carbono em instituições cujas salas de

execução eram disfarçadas exatamente como seriam depois em Auschwitz – como salas de duchas e banhos.

Em agosto de 1941, de acordo com Rees (2018, p. 257) e Zeller (2018, p. 40-41) o bispo de Münster, Von Galen faz uma séria denúncia sobre o programa T4 de eutanásia declarando em seu sermão que pessoas doentes que “aparentam ser incuráveis têm sido retiradas de instituições psiquiátricas e casas de doentes mentais por ordens de Berlim.” O bispo chama a atenção daqueles que acham que possuem o direito de “destruir as chamadas vidas não merecedoras de vida – isto é de matar seres humanos inocentes” através do julgamento que “a vida deles não tem valor para o povo [*Volk*] e para o Estado”. Assim, Hitler recua diante da resistência de Monsenhor Von Galen e das várias reclamações dos familiares das vítimas, e para não perder apoio dos cristãos cancela o plano *Aktion T4*.

Giorgio Agamben (2007, p. 148- 149) questiona a insistência de Hitler de colocar em prática o programa de eutanásia, mesmo com a impopularidade apresentada, além disso, um número relevante dos doentes selecionados eram crianças e velhos. Ainda perduravam as Leis de Prevenção das Doenças Hereditárias de 1º de janeiro de 1934, sobre a proteção da saúde hereditária do povo alemão, que ordenava a autorização da esterilização compulsória para quem sofria de doenças hereditárias físicas ou mentais. Assim, o programa de eutanásia não teria a urgência demonstrada por Hitler que o coloca em ação logo no primeiro dia da guerra. As contradições apresentadas seriam explicadas, segundo Agamben, pela vocação biopolítica do estado nacional-socialista, do poder soberano de decidir sobre a vida nua. O Estado nazista através da palavra do Führer que era a lei decidia quem deveria viver e quem deveria morrer, porque na biopolítica moderna, soberano é aquele que decide sobre o valor ou sobre o desvalor da vida enquanto tal. E a vida indigna de ser vivida é um conceito político e não ético ou “humanitário”, é uma decisão soberana sobre a vida matável e insacrificável do *homo sacer*.

O programa de eutanásia continuará clandestinamente com o nome de *Sonderbehandlung 14F13* (Tratamento Especial 14F13) destinado aos prisioneiros dos campos de concentração considerados incapazes de trabalhar.

Contingentes são determinados: prevê-se a eliminação de 20% do efetivo dos campos. A aplicação dessa diretiva, adotada ao final do mês de agosto em 1941, não demora a acontecer. Já no dia 3 de setembro, o médico da *SS* Friedrich Mannecke⁵ chega a Dachau e passa dois dias realizando a primeira

seleção de prisioneiros considerados inúteis. Esse “perito” visita quase todos os campos de concentração do Reich para efetuar seleções comparativas e se compromete a fazer o relatório minucioso de suas ações (ZELLER, 2018, p.142).

As primeiras seleções visavam antes de tudo os doentes, pessoas de idade e pessoas indesejáveis principalmente os judeus. Um tempo após as seleções os “improdutivos” de Dachau eram levados de caminhão para um dos centros de eutanásia no Castelo de Hartheim em Linz na Áustria. O diretor deste instituto era um médico austríaco da SS, Rudolf Lonauer. Lá chegando os prisioneiros eram colocados nas câmaras de gás e mortos por intoxicação com monóxido de carbono. (ZELLER, 2018, p. 143)

2. PRIMO LEVI E O TESTEMUNHO

Em julho de 1943, Mussolini é preso e substituído pelo marechal Badoglio como primeiro-ministro da Itália. Badoglio negocia a saída da Itália da guerra, e em 8 de setembro de 1943, é anunciada a rendição incondicional dos italianos. Dessa maneira, a Itália que fazia parte da aliança dos países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) com a capitulação declara sua saída. Os alemães aproveitam o tempo, entre a remoção de Mussolini e a rendição dos italianos, para tomar suas bases e instalações e assim, conseguem deter o controle dos principais centros do norte e do centro da Itália até Roma. A rendição italiana significou para os judeus italianos que eles não estariam mais protegidos, e suas vidas começam a serem perseguidas nas regiões dominadas pelos nazistas e fascistas republicanos.

Apesar das Leis Raciais serem instituídas em 1938 por Mussolini, contra os judeus italianos, eles não foram deportados e agredidos fisicamente como na Alemanha. Mussolini não acatou as exigências de Hitler de deportar os judeus italianos, e assim, por mais difíceis que fossem suas vidas com as Leis Raciais não sofriam perigo de vida. Foi depois da entrada dos alemães na Itália, com a saída dos italianos da guerra e a consequente rendição aos Aliados, que os judeus começam a serem perseguidos pela Gestapo (polícia alemã) ajudada pela polícia fascista italiana e consequentemente mortos ou deportados em massa para campos de concentração.

O presente capítulo possui como objetivo traçar o itinerário de Primo Levi como estudante em Turim na Itália, sua formação como químico, seu engajamento na Resistência Italiana no grupo dos *Partigiani*, contra a segregação dos judeus, sua prisão na Itália e deportação para o campo de concentração de Auschwitz. A condição de sobrevivente que o tornou escritor, e principalmente um testemunho dos horrores nazistas vivenciados, deixando documentado na sua obra prima *É isto um homem?*.

2.1 Traços biográficos e contextualização histórica

Primo Levi (1919-1987), químico e escritor, nasceu em Turim no norte da Itália, de família judaico-piemontesa, foi um sobrevivente de Auschwitz. Em 1947 escreveu um dos mais comoventes testemunhos autobiográficos sobre a condição dos prisioneiros no campo de trabalho forçado, vindo a se tornar um extraordinário documento histórico para a humanidade: *Se questo è un uomo? (É isto um homem?)*.

Em 1938 Benito Mussolini (1883-1945), primeiro ministro da Itália, edita as leis raciais que são inspiradas nas Leis de Nuremberg de Adolf Hitler, assim, uma política de segregação racial é instituída contra os judeus italianos. Dentre uma das consequências destas leis raciais foi à expulsão ou demissão de seus cargos públicos, onde muitos são demitidos e afastados das universidades. Em 1941, Primo Levi, consegue terminar seu doutorado em Química na Universidade de Turim, graças a um professor antifascista que o aceita como aluno no curso de pós-graduação.

Em 1943, com a rendição da Itália aos Aliados, Levi e amigos formam nas montanhas um grupo guerrilheiro de “partigiani”, para enfrentarem o regime de segregação contra os judeus. Levi acaba sendo preso por milícias fascistas e esclarece que iludido em fugir da tortura e da morte por ser guerrilheiro confessa que nos “interrogatórios que se seguiram, preferi declarar minha condição de ‘cidadão italiano de raça judia’ imaginando que, de outro modo, eu não poderia justificar minha presença naquele fim de mundo” (LEVI, 1988, p.12)

Em janeiro de 1944, Levi é enviado para um campo de concentração em Fóssoli, na província italiana de Módena. No mês seguinte chega neste campo uma tropa da SS com a ordem de deportar para Auschwitz os seiscentos e cinquenta judeus italianos presos, contando com as mulheres e as crianças. Famílias inteiras tinham sido presas pelos nazistas alemães e pelos fascistas italianos, porque foram delatadas, pelo desejo de ficarem juntos com seus parentes e amigos detidos, e até por estarem cansados de fugir ou de se esconderem, ou da forma mais absurda para ficarem dentro da lei.

No dia da partida os alemães fazem a chamada para verificarem se todos os judeus italianos estavam presentes, como tinham prometido: “Se um prisioneiro faltasse à chamada dez seriam fuzilados”. Por isso, o cabo comunicou ao sargento que a chamada estava em ordem pois “as ‘peças’ eram seiscentas e cinquenta” e assim, partem para Auschwitz na Polônia.

Os vagões eram doze, e nós seiscentos e cinquenta; no meu vagão havia apenas quarenta e cinco, mas era um vagão pequeno. Ali estava, então, sob nossos olhares, sob nossos pés, um dos famosos comboios alemães, desses que não retornam, dos quais, com um calafrio e com uma pontinha de incredulidade tantas vezes tínhamos ouvido falar. Era isso mesmo, ponto por ponto: vagões de carga, trancados por fora, e, dentro, homens, mulheres e crianças socados sem piedade, como mercadoria barata, a caminho do nada, morro abaixo, para o fundo. (LEVI, 1988, p. 15)

Viagem dolorosa, as pessoas atormentadas pelo cansaço, medo, frio, fome e sede. Mães com “crianças de peito” implorando por água. Na noite do quarto dia de viagem o frio aumenta e o trem prossegue correndo, passando por pinheirais e a neve sempre alta. Quando o trem chega à Auschwitz é esvaziado por tropas da SS e logo após alguns judeus da comitiva são interrogados conforme Levi (1988, p. 17): “Idade? São ou doente? - e, conforme a resposta, indicavam duas direções diferentes”. Os homens considerados úteis para o trabalho foram separados em um grupo, as mulheres crianças e velhos foram simplesmente “tragados pela noite”.

Hoje, porém, sabemos muito bem que, nessa escolha rápida e sumária, tinha-se julgado, para cada um de nós, se poderia ou não trabalhar de maneira útil para o Reich; sabemos que nos campos de Buna-Monowitz e Birkenau só entraram noventa e seis homens e vinte e nove mulheres do nosso trem, e que de todos os restantes (mais de quinhentos) nenhum vivia mais dois dias depois. (LEVI, 1988, p. 18)

O grupo ao qual Primo Levi fora escalado, é enviado para Buna- Monowitz , um dos campos do complexo concentracionário de Auschwitz, um *Arbeitslager* - campo de trabalho forçado. Foi designado, juntamente com os prisioneiros desse campo, para a construção de uma fábrica ligada à IG Farben “que foi um grande cartel formado pelas principais indústrias químicas alemãs em 1925, que patrocinou a ascensão do partido nazista na Alemanha”. (NETO, 2008).

2.2 O testemunho

Segundo Primo Levi, *É isto um homem?* surgiu da necessidade de falar, de contar ao mundo o que aconteceu aos que foram deportados e aprisionados pelos nazistas nos *Lager* (campos de concentração). O autor sentia um desejo incessante de revelar, após a libertação, o que fora vivenciado neste lugar de confinamento forçado, no qual visava o extermínio dos judeus por exaustão, maus tratos, doenças, experiências médicas, fome, frio ou nas câmaras de gás.

A necessidade de contar “aos outros” , de tornar “os outros” participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares. O livro foi escrito para satisfazer esta necessidade em primeiro lugar, portanto, com a finalidade de libertação interior . (LEVI, 1988, p. 7-8)

Primo Levi deixa claro que apesar dessa “necessidade” de falar, de colocar o mundo ciente dos acontecimentos ocorridos em Auschwitz, não escreveu para apontar culpados ou como uma vítima. Pede para o leitor ser também um testemunho ou encarrega-o desta responsabilidade como demonstra no poema de abertura do livro em questão: “Pensem que isto aconteceu: eu lhes mando estas palavras.” (LEVI, 1988, p.9).

Agamben (2008, p.27-28) elucida que em latim há dois termos para representar a testemunha. O primeiro *testis* que “significa etimologicamente aquele que se põe como terceiro (* *terstis*) em um processo ou em um litígio entre dois contendores” . O segundo termo é *superstes* e ”indica aquele que viveu algo, atravessou até o final um evento e pode, portanto, dar testemunho disso”. Para Agambem, Primo Levi é um “supérstite” e não um terceiro (*testis*) por que o seu testemunho não visa um processo ou um julgamento, este não lhe importa, e muito menos o perdão. O que mais interessa a Levi, segundo Agamben é a “zona cinzenta em que as vítimas se tornam carrascos, e os carrascos vítimas,” O termo “zona cinzenta” foi introduzido por Primo Levi no segundo capítulo de seu último livro “Os afogados e os sobreviventes”.

O *SonderKommndo* (Esquadrão Especial) foi o principal representante dessa “zona cinzenta” , a qual Levi se refere, porque além de vitimas e prisioneiros deportados por serem judeus, eram escolhidos pelos SS para trabalharem nas câmaras de gás e nos fornos crematórios para ajudar os nazistas a exterminar seu povo.

Giorgio Agamben (2008, p. 34) explica as funções desse grupo especial:

Eles deviam levar os prisioneiros nus à morte nas câmaras de gás e manter a ordem entre os mesmos, depois arrastar para fora os cadáveres , manchados de rosa e de verde em razão do ácido cianídrico , lavando-os com jatos de água; verificar se nos orifícios dos corpos não estavam escondidos objetos preciosos; arrancar os dentes de ouro dos maxilares; cortar os cabelos das mulheres e lavá-los com cloreto de amônia; transportar depois os cadáveres até os fornos crematórios e cuidar de sua combustão ; e finalmente, tirar as cinzas residuais dos fornos.

Primo Levi (1988, p.151) menciona o *Sonderkommando* quando narra o enforcamento de um prisioneiro de Buna que participou de uma revolta no campo de morte de Auschwitz- Birkenau. A força ficava na Praça da Chamada do Campo de Buna-Monowitz e a punição com um “cerimonial feroz” era realizada na presença de todos os prisioneiros. Levi explica que teve que assistir a treze enforcamentos públicos, desde que entrara no Campo devido a crimes comuns, roubos na cozinha, sabotagens ou

tentativas de fuga cometidas pelos *Häftlinge*. Naquele momento, tratava-se de outra coisa.

No mês passado, explodiu um dos fornos crematórios de Birkenau . Nenhum de nós sabe (e talvez ninguém saiba nunca) como é que foi realizada a façanha; fala-se do *Sonderkommando*, do *Kommando* Especial encarregado das câmaras de gás e dos fornos, *Kommando* que por sua vez é periodicamente exterminado e que é mantido em absoluta segregação do resto do Campo. Resta o fato de que, em Birkenau , umas poucas centenas de homens , de escravos inermes e esgotados como nós, encontraram em si mesmos a força de agir, de fazer vingar os frutos de seu ódio. (LEVI, 1988, p.151)

Levi não julga os *Sonderkommando* pois estes grupos fizeram parte de uma “zona cinzenta” , e por isso estariam “aquém do bem e do mal” como sugere na reflexão de um dos mais interessantes capítulos de *É isto um homem ?* (LEVI, 1988, p. 78).

De homens que conheceram essa destituição extrema não se pode esperar um depoimento no sentido jurídico do termo, e sim algo que fica entre o lamento, a blasfêmia, a expiação e o esforço de justificativa de recuperação de si mesmos. [...] Ter concebido e organizado os Esquadrões foi o delito mais demoníaco do nacional-socialismo, (LEVI *apud* AGAMBEN, 2008, p.34)

2.3 A testemunha de *Hurbinek*

Levi assumiu o compromisso de testemunhar por aqueles que não voltaram, apesar de ter afirmado que: “Há também outra lacuna em todo testemunho: as testemunhas são, por definição, sobreviventes e, portanto, todos, em alguma medida, desfrutaram de um privilégio...” (LEVI, *apud* AGAMBEN, 2008, p, 42). No livro “Os afogados os sobreviventes” explicou que “não somos nós, os sobreviventes, as autênticas testemunhas” porque “somos uma minoria anômala, além de exígua: somos aqueles que por prevaricação, habilidade ou sorte, não tocamos o fundo.” As “testemunhas integrais”, os ”melhores” foram trucidados pelo sistema nazista. (LEVI, 1990, p.47)

Dentre àqueles que não voltaram está Hurbinek, uma criança que Levi conheceu, quando os russos em janeiro de 1945, com a libertação, transferiram os sobreviventes de Buna-Monowitz, para o “campo maior” de Auschwitz . Esta criança não conseguia falar, apenas emitia um balbúcio como *mass-klo*, *matisklo* , que ninguém decifrava, mesmo com a presença das várias línguas europeias entre os deportados. Hurbinek não pode testemunhar porque a palavra que falava era um som ininteligível, mesmo com

grande esforço de todos, foi indecifrável. Apesar da “lacuna” e do não entendimento das palavras da criança, ela existiu e estava impossibilitada de testemunhar. Por isso, Levi testemunha pelo menino:

Hurbinek era um nada, um filho da morte, um filho de Auschwitz. Aparentava três anos aproximadamente, ninguém sabia nada a seu respeito, não sabia falar e não tinha nome: aquele curioso nome, Hurbinek, fora-lhe atribuído por nós, talvez por uma das mulheres, que interpretara com aquelas sílabas uma das vozes inarticuladas que o pequeno emitia, de quando em quando. Estava paralisado dos rins para baixo, e tinha as pernas atrofiadas, tão adelgadas como gravetos; mas os seus olhos, perdidos no rosto pálido e triangular, dardejavam terrivelmente vivos, cheios de busca de asserção, de vontade de libertar-se, de romper a tumba do mutismo [...] (LEVI, 2010, p. 19)

A necessidade que Hurbinek sentia de “romper a tumba do mutismo” era refletido em seu olhar “que ninguém podia suportar, tão carregado de força e de tormento.” (p.20)

O testemunho de Levi fez com que o mundo conhecesse Hurbinek. Deu voz à criança que não conseguia falar e uma expressão ética aos que não conseguiram sobreviver.

Hurbinek, o que não tinha nome, cujo minúsculo antebraço fora marcado mesmo assim pela tatuagem de Auschwitz; Hurbinek morreu nos primeiros dias de março de 1945, liberto mas não redimido. Nada resta dele: seu testemunho se dá por meio de minhas palavras. (LEVI, 2010, p. 21)

2.4 O “muçulmano”

Null Achtzehn era um muçulmano porque a indiferença tomou conta de seu ser. Não teve forças para suportar o sofrimento do Campo e principalmente para sobreviver através de barganhas, roubos e privilégios. Não tinha astúcia para evitar a fadiga, cumpria todas as ordens, faltava-lhe a malícia para sobreviver no Campo porque precisava de um longo treino na luta diária de cada um contra todos. O muçulmano era desprezado pelos próprios companheiros de infortúnio. Todos evitavam em olhá-lo porque era um “cadáver ambulante” ou um “morto-vivo” e os prisioneiros tinham medo de acabar como eles.

Os “muçulmanos” segundo Levi (1988, p. 89-91) eram homens próximos do fim, homens submersos, que não tinham conhecidos “proeminentes” no Campo, não possuíam comidas extras, não trabalhavam em *Kommandos* que os favorecessem, e principalmente desconheciam maneiras para se obter vantagens. Seres que estiveram de passagem pelo Campo, destinados rapidamente às Seleções por gás de onde lhes

sobraria apenas “ um punhado de cinzas em outro Campo próximo e, no Registro, um número de matrícula riscado”.

Primo Levi conviveu de perto com os muçulmanos em Buna-Monowitz e testemunha por eles.

Ele é *Null Achtzehn* . Chama-se apenas assim: Zero-Dezoito, os três algarismos finais da sua matrícula; como se todos tivessem compreendido que só os homens têm direito a um nome, e que Null Achtzehn já não é um homem.[...] Quando fala , quando olha, dá a impressão de estar inteiramente oco, nada mais do que um invólucro[...] Null Achtzehn nem está especialmente enfraquecido, mas todos evitam de trabalhar com ele. Tudo já lhe é tão indiferente, que não tenta fugir ao trabalho e às pancadas, nem procurar comida. Executa todas as ordens que recebe ; é provável que quando for enviado à morte, ele vá com essa mesma absoluta indiferença. (LEVI, 1988, p. 41-42)

A lei do campo era a luta pela sobrevivência e por isso o muçulmano era evitado pelos prisioneiros e até considerado um inimigo perigoso. Segundo Levi (1988, p.91) quem não sabia “tornar-se *Organisator, Kombinator, Prominent* (oh, a eloquência cruel desses vocábulos!) acaba , em breve, “muçulmano”.”

Se um Null Achtzehn vacila, não encontrará quem lhe dê uma ajuda, e sim quem o derrube de uma vez, porque ninguém tem interesse em que um “muçulmano” a mais se arraste a cada dia até o trabalho (LEVI, 1988, p.89)

Levi afirmou que Null Achtzehn devido à situação extrema vivida no sistema concentracionário nazista, “não é um homem” porque perdeu toda sua humanidade, esvaziou-se completamente, tornou-se “oco” , foi sugado e sua vida tornou-se totalmente nua. O significado que o autor transmite ao leitor com as palavras “pensem bem se isto é um homem? “ é a derradeira situação do muçulmano, cuja humanidade foi totalmente destruída. Assim, Levi fala pelos “muçulmanos”, porque lhes foram tirado tanto a vida quanto a morte, uma exemplificação plena de um *homo sacer* portador de uma “vida nua” ou *zoé*.

3 UM DIÁLOGO ENTRE GIORGIO AGAMBEN E PRIMO LEVI :o *homo sacer* e *É isto um homem?*

O nazismo definiu e tomou para si as “vidas dignas”, ou os portadores de vida qualificada (*bíos*), e as “vidas indignas”, portadores da vida nua (*zoé*), de serem vividas. Doentes físicos e mentais, judeus, e outros indesejados foram excluídos e posteriormente eliminados a partir de programas como a *Aktion T4, Sonderbehandlung 14F13*, nos trens, nos guetos, nas Seleções com as vans de gás e por fim nas câmaras de gás criadas nos próprios campos. Assim, as vidas indignas de serem vividas foram extirpadas. Milhares de judeus e outras raças consideradas inferiores, como também os “associais”, são deportados para o campo “o local onde se realizou a mais *conditio inhumana* que se tenha dado sobre a terra (AGAMBEN, p.173), dito de outro modo o local da vida nua (*zoé*) dos excluídos, do *homo sacer*, onde os seres humanos foram totalmente privados de seus direitos “até o ponto em que cometer contra eles qualquer ato não mais se apresentasse como delito (a esta altura, de fato, tudo tinha-se tornado verdadeiramente possível).” (AGAMBEN, p. 178)

A reunião convocada por Reinhard Heydrich na AM Grossen Wannsee, 56-58 no subúrbio de Berlim, conhecida como a “Solução Final para a questão judaica” prova a teoria de Giorgio Agamben sobre os considerados portadores da vida nua, dos excluídos que não merecem viver. A conferência de Wannsee selou o destino dos judeus de toda a Europa ocupada. A perseguição aos judeus nesse momento ganhou mais uma etapa, sendo ampliada com o anúncio de “evacuar” os judeus para o Leste em vez de força-los a emigrar.

Na conferência de Wannsee em Janeiro de 1942, Heydrich assinalou o lúgubre futuro dos judeus, uma vez que as deportações eram substituídas pelas câmaras de gás e pelos esquadrões de tiro dos *Einsatzgruppen*. (BUTLER, 2008, p.77)

Esta conferência prova o descaso de políticos importantes do Estado nazista, portadores de uma vida digna, conduzindo o destino de pessoas a serem eliminadas. Dos 15 homens que sentaram à mesa na conferência de Wannsee, oito tinham doutorado, sendo assim, a maioria com alta instrução. Num ambiente luxuoso e sofisticado discutiram o extermínio de 11 milhões de judeus. (REES, 2018, p.302)

3.1 O homem sacro

Giorgio Agamben foi buscar no direito romano arcaico a figura do *homo sacer*. Através do gramático, *Sextus Pompeius Festus*, encontra o conceito:

Homem sacro é portanto aquele que o povo julgou por um delito, e não é lícito sacrificá-lo, mas quem o mata não será condenado por homicídio; na verdade, na primeira lei tribunicia se adverte que “se alguém matar aquele que por plebiscito é sacro; não será considerado homicida”. Disso advém que um homem malvado ou impuro costuma ser chamado sacro. (AGAMBEN, 2007, p.196)

Em seus estudos o filósofo italiano direciona suas reflexões na análise da “vida nua”, “vida matável” e “insacrificável” do *homo sacer*. É necessário um estado de exceção proclamado pelo poder soberano para que esta vida nua se consolide, por isso, Agamben (2007, p.91) afirma que: “Soberana é a esfera na qual se pode matar sem cometer homicídio e sem celebrar um sacrifício, e sacra, isto é matável e insacrificável, é a vida que foi capturada nesta esfera”

Quando os judeus foram deportados para os campos de concentração nazistas, já haviam sido privados, pelas Leis de Nuremberg, de seus direitos de cidadãos, perderam a cidadania alemã, e com a implementação da Solução Final em 20 de Janeiro de 1942, totalmente desnacionalizados destituídos de todo estatuto político, “estavam reduzidos integralmente a vida nua”. Por isso o campo é para Agamben (2007, p.178) “o mais absoluto espaço biopolítico” porque o poder soberano tem diante de si a pura vida (*zoé*) despojada de qualquer direito, existindo ali apenas um corpo biológico.

Por isso, o termo “holocausto” para Agamben (2007, p. 121) é “uma irresponsável cegueira historiográfica”, porque o extermínio dos judeus não foi um sacrifício como a palavra denota, mas “um caso flagrante de *homo sacer*, no sentido de vida matável e insacrificável”. Os judeus foram exterminados por serem judeus “como Hitler havia anunciado, ‘como piolhos’, ou seja como vida nua.”. O mesmo autor ainda afirma que este extermínio não têm lugar nem na religião e nem no direito mas, na “biopolítica”, onde o Estado vai excluir a “vida que não merece viver” daquela que merece.

As cláusulas que foram aplicadas na legislação alemã para legalizar a ideologia nacional-socialista de raça funcionavam conforme, Agamben (2007, p. 179), como “cláusula geral” e o “juiz” e o “funcionário” “não se orientam mais pela norma ou por

uma situação de fato, mas, vinculando-se unicamente à própria comunidade de raça com o povo alemão e o *Führer*” .

A Lei para a Proteção do Sangue e Honra Alemães, instituída pelo *Reich Alemão* em 1935 provocou um desencadeamento de divisões próprios do sistema biopolítico nazista. Assim, ocorreu a divisão entre arianos e não-arianos, e estes últimos em judeus. Depois veio a deportação e o internamento nos campos, onde muitos se transformaram em muçulmanos. Dessa forma, as divisões sucessivas promovidas pelo sistema visou uma degradação contínua até chegar-se ao último limite que foi a produção do não homem, ou seja, do muçulmano. (AGAMBEN, 2008, p. 88-91). Agamben aplicou seus estudos na política estatal e nas áreas da biopolítica moderna: o campo de concentração e a estrutura do estado totalitário nazista. Para este autor os campos possuíam uma função decisiva no sistema da biopolítica nazista:

Eles não são apenas o lugar da morte e do extermínio, mas também, e antes de qualquer outra coisa, o lugar de produção do muçulmano, da última substância biopolítica isolável no *continuum* biológico. Para além disso, há somente a câmara de gás. (AGAMBEN, 2008, p. 90)

3.2 *É isto um homem?*

O problema proposto pelo presente estudo reside em fazer um diálogo entre o *homo sacer* e o homem chamado de *isto* na obra de Primo Levi, *É isto um homem?* . Portanto, abaixo estão alguns acontecimentos descritos por Levi em seu cotidiano no campo de concentração de Buna-Monowitz, um campo de trabalho forçado para a instalação de uma fábrica de borracha de nome Buna, em Auschwitz III. Aqui o ser humano é transformado e visto como “coisas” e mortos como “piolhos” sendo reduzido totalmente à vida nua ou num verdadeiro *homo sacer*.

3.2.1 A desumanização

Os deportados que sobreviviam à longa viagem até o campo de concentração, passavam, logo na chegada, por uma série de etapas desumanas. A primeira se resumia na separação por grupos dos considerados úteis para o *Reich Alemão* e dos inúteis (doentes, idosos, crianças) para as câmaras de gás. E a separação dos familiares era implacável “de repente, à traição, desapareceram nossas mulheres, nossos pais, nossos filhos. Praticamente ninguém teve como se despedir deles.” (LEVI, 1988, p.18)

Os úteis eram colocados num caminhão e transportados, pelo período de vinte minutos, até o campo de trabalho forçado, e ali de encontro com o convite iluminado no portão “ARBEIT MACHT FREI” (o trabalho liberta) têm início uma nova etapa de desumanização. Primo Levi afirma (1988, p.24) “que a nossa língua não tem palavras para expressar esta ofensa, a aniquilação de um homem”, onde tudo é retirado para se adentrar no *Lager* (campo) : casa, hábitos, entes queridos, roupas, sapatos, cabelos e até o próprio nome.

Após serem “barbeados e tosquiados” da cabeça ao púbis, os deportados são colocados novamente nus e em filas numa sala de duchas, onde ocorre uma longa espera até a saída da água. Água fumegante irrompe de repente, e no minuto seguinte são jogados molhados e nus numa sala gelada, onde recebem uns “trapos esfarrapados” e “sapatões de sola de madeira”, e com a “trouxa na mão” “nus e descalços” são obrigados a “correr até outro barraco, a uns cem metros de distância” onde finalmente podem se vestir. Nesse momento, ocorre o choque com a realidade conforme a reflexão de Levi: “Condição humana mais miserável não existe” ,”chegamos ao fundo” , onde os deportados sentem vergonha de “levantar o olhar para os demais”, devido a própria imagem estar refletida no outro em “cem rostos pálidos, em cem bonecos sórdidos e miseráveis.” (LEVI, 1988, p.24)

Há poucas horas atrás, na descida do trem, os deportados haviam se deparado com “sujeitos estranhos” de “andar esquisito, atrapalhado, a cabeça baixa, os braços rígidos” de “boné ridículo, uma longa túnica listrada”, “esfarrapada e imunda” ; em silêncio chegaram à conclusão que “aquela era a metamorfose que nos esperava” e que certamente :”Amanhã , nós também estaríamos assim.” (LEVI, 1988, p.19)

O processo de desumanização e redução dos deportados ao estado de *Stück* (“coisa”) continua além do sofrimento físico (fome, sede, frio, trabalho extenuante, dor) para o sofrimento moral (perda, vergonha, humilhação, ultraje, esvaziamento de si mesmo). Renegando o nome e a própria identidade, se despersonalizando para poder sobreviver no campo, memorizando o número de matrícula, expondo o braço tatuado para poder receber o pão e a sopa, obrigando-se a criar este hábito à custa de muitas pancadas.

Levi declara seu novo batismo: “*Häftling*: aprendi que sou um *Häftling*. Meu nome é 174.517; fomos batizados, levaremos até a morte essa marca tatuada no braço.”

A operação foi pouco dolorosa e extraordinariamente rápida: colocaram-nos numa fila e, um por um, conforme a ordem alfabética dos nossos nomes, passamos por um hábil funcionário, munido de uma espécie de punção com uma agulha minúscula. Ao que parece, esta é a verdadeira iniciação (LEVI, 1988, p.25)

Os *Häftlinge* eram obrigados a partirem formados para o trabalho, ao som de uma banda de música, com o martelar do bumbo e dos pratos. À noite no regresso o mesmo procedimento era obrigatório. Primo Levi (1988, p. 50) esclarece que essas músicas e marchas alemães:

Elas estão gravadas em nossas mentes: serão a última coisa do Campo a ser esquecida: são a voz do Campo, a expressão sensorial de geométrica loucura, da determinação dos outros em nos aniquilar, primeiro, como seres humanos, para depois matar-nos lentamente.

A destruição da vontade faz com que os *Häftlinge* marchem como autômatos:

Dez mil prisioneiros, uma única máquina cinzenta; estão programados, não pensam, não querem. Marcham. Na marcha de saída e na de regresso, nunca faltam os SS. Quem poderia negar-lhes o direito de assistir a essa coreografia que eles criaram, à dança dos homens apagados, pelotão após pelotão, voltando e indo em direção à bruma? Que prova mais concreta de vitória? (LEVI, 1988, p.50)

A brutalidade do sistema concentracionário nazista utilizou, além dos judeus, criminosos das prisões comuns da Alemanha, para serem *Kapos* nos Campos. Também eram *Häftlinge* vestiam roupas listradas e levavam ao lado do número costurado no casaco um triângulo verde. “Nossos verdadeiros patrões são os triângulos verdes, que podem fazer de nós o que querem” (LEVI, 1988, p. 31). Ponto comum entre os sobreviventes. Robert Antelme (2013, p.10) prisioneiro político que foi membro da Resistência Francesa, contra a ocupação nazista, chega a ser preso e deportado para um campo de concentração alemão (Buchenwald), esclarece que:

Éramos, portanto, cerca de quinhentos homens sem chances de evitar o contato com os SS e supervisionados não por presos políticos, mas por assassinos, ladrões, escroques, sádicos e traficantes do mercado negro. Estes, sob as ordens da SS, foram nossos senhores diretos e absolutos.

Além da violência usavam como tática a provocação, porque para estes prisioneiros comuns, só podia reinar a lei SS, por isso faziam de tudo para torna-la ainda mais violenta.

Subalimentar um homem para puni-lo em seguida porque ele rouba os restos e, com isso, merecer a recompensa da SS e, por exemplo, obter a sopa suplementar que mais adiante matará de fome o homem, tal era o esquema tático dos presos comuns. (ANTELME, 2013, p.10)

Portanto, os métodos do sistema nazista expostos acima para coisificar os seres humanos, transformando-os em algo, nos quais vemos em numerosos documentários sobre os Campos de concentração nazistas, e perguntamos abismados quando nos defrontamos, principalmente com a figura extrema do muçulmano na tela, *É isto um homem?* - os *homens sacros* portadores de uma *vida nua*, o homem *isto* ou o *não-homem* foram constantemente massacrados até o fim. “Uma Noite de São Bartolomeu que durou doze anos” (1933-1945).

A pergunta de Levi *É isto um homem?* foi minuciosamente refletida por este autor, juntamente com a invocação que este faz ao leitor *Pensem que isto aconteceu: eu lhes mando estas palavras.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central desta monografia foi acompanhar e refletir sobre o homem chamado de *isto* por Primo Levi com as teorias de Giorgio Agamben sobre o *homo sacer* e a vida nua. Observando atentamente se *isto* é um homem no momento da deportação para os campos de extermínio, da viagem longínqua e possivelmente sem volta em trens insalubres usados para o transporte de gado, na separação e na perda dos entes queridos e nas “seleções” feitas pelos SS medida em valores de “utilidade” ou “inutilidade” para o Terceiro Reich. As pancadas, as humilhações, a fome, as doenças, o corpo extenuado e sem defesa dos *Häftlinge* que marchavam em silêncio e o olhar do “muçulmano” faz-nos refletir sobre a eficácia dos nazistas de retirar a humanidade daqueles que não consideravam humanos, os portadores da “vida indigna de ser vivida”, uma vida matável e insacrificável do *homo sacer*.

Dessa forma, o poder soberano através de um estado de exceção tornou tudo possível, até o desnudamento pleno do homem. Embrutecendo-o ao ponto de confundirem-se, muitas vezes, os carrascos com as vítimas levados pelo desejo da sobrevivência a qualquer custo. Aqueles que não conseguiram adaptar-se na luta diária e infernal do sistema concentracionário nazista, os considerados “fracos” ou “ineptos” sucumbiram destinados às “seleções” para morrerem nas câmaras de gás. Estes para Levi foram as verdadeiras testemunhas representadas pelos “muçulmanos” os “homens ocos” os “não-homens” “em cujo olhar, não se possa ler o menor pensamento” os quais despertaram um sentimento profundo neste autor que num desabafo afirmou que “se eu pudesse concentrar numa imagem todo o mal de nosso tempo, escolheria essa imagem”. (LEVI, 1988, p.91)

No decorrer do presente estudo procurei demonstrar a ascensão do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães e as circunstâncias que favoreceram a chegada de Adolf Hitler ao poder. A Alemanha encontrava-se em grave crise econômica, a derrota na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e as exigências das nações vitoriosas expressas no Tratado Versalhes (1919) piorou sobremaneira a situação.

A máquina de propaganda do Nacional-Socialismo foi elementar para ascensão dos nazistas ao poder, como também para depreciar e culpar os judeus pelos fracassos da Alemanha. Jornais, revistas, panfletos, o rádio e o cinema foram usados para atacar os judeus e convencer o povo alemão de sua “inferioridade” e “vileza”. As crianças

foram doutrinadas e ensinadas nas escolas a odiarem os judeus. E com a subida ao poder, em 1933, Hitler começa a colocar em prática seus ideais deflagrando todo seu ódio aos judeus e aos dissidentes políticos. O primeiro campo de concentração foi aberto em março de 1933 (apenas dois meses após a subida de Hitler ao poder) em Dachau. Himmler para justificar as prisões em massa de opositores políticos usou o termo eufemístico de uma “custódia protetora” (*Schutzhaft*) para os “inimigos” do Estado nazista. E dentre esses inimigos estavam os judeus que foram deportados e feitos prisioneiros, nos anos seguintes, com a mesma base jurídica que funcionava com o estado de exceção proclamado pelos nazistas desde 1933.

Hitler, como chanceler da Alemanha, em fevereiro de 1933 aconselhou o presidente Von Hindenburg a emitir um decreto que restringia as liberdades individuais e políticas dos cidadãos alemães, estabelecidas pela Constituição, em resposta ao incêndio do prédio do Reichstag, o qual os comunistas foram acusados de provoca-lo. Desde 1933 os nazistas eram a maioria no Parlamento e o *Decreto do Presidente do Reich para a Proteção do povo e do Estado* foi facilmente aprovado. Este decreto permaneceu em vigor até o final do terceiro Reich alemão que pôde ser definido como “uma noite de S. Bartolomeu que durou 12 anos”.

Nessa época o antissemitismo na Alemanha era acentuado e pessoas com o mesmo pensamento reuniam-se em sociedades secretas em busca de seus ideais, como a *Sociedade Thule* dirigida por Dietrich Eckart o qual impressionado com a retórica de Hitler torna-se seu mentor. Homens como Anton Drexler e Julius Streicher, ferrenhos antissemitas, vão formando as filas iniciais do Partido Nazista que tinha como política oficial despojar os judeus de sua cidadania alemã.

Hitler afirmava para seus adeptos nazistas que os judeus eram os culpados pela situação econômica e moral da Alemanha, além disso, fazia promessas do renascimento de uma Nova Alemanha “sem classes” com todos os alemães “arianos” formando laços em uma comunidade nacional única. E essa sociedade sem classes consequentemente visava extirpar aqueles que eram de uma “raça” diferente dos “verdadeiros” alemães. Hitler declarava que na Alemanha não poderia existir classes porque classe era uma casta e esta seria o sinônimo de uma “raça superior” predominantemente alemã. Desse modo, os judeus tornaram-se um obstáculo para uma sociedade ideal sem classes.

Segundo Giorgio Agamben, decidir se uma pessoa deve viver ou morrer tendo em conta o seu “valor” ou “desvalor” da vida como tal, marca a estrutura biopolítica da modernidade. Quando a vida cessa de ter valor politicamente relevante torna-se uma

vida nua, “vida sacra” e pode ser facilmente eliminada. Assim, a biopolítica do novo estado nacional-socialista sob um estado de exceção, se autoproclama com um poder soberano de decidir sobre a vida nua. Desse modo, são proclamadas as Leis Raciais de Nuremberg e a retirada da cidadania alemã dos judeus. Também, no círculo mais íntimo de Hitler, na chancelaria do Reich, são iniciados programas de eutanásia para eliminar as vidas indignas de serem vividas. Um pouco mais tarde, os judeus começam a ser deportados para os campos de concentração, internados e a maioria exterminados. Os nazistas já haviam retirado todos seus direitos. Já se encontravam na situação extrema de uma vida nua, matável e insacrificável de *homo sacer*.

Primo Levi foi um portador da vida nua, mas conseguiu sobreviver para tornar-se um autêntico testemunho dos horrores praticados pelos nazistas no campo de concentração de Auschwitz. Foi internado em Buna-Monowitz, campo de trabalho forçado, por que foi julgado útil para trabalhar para o Reich alemão. Foi um sobrevivente e testemunhou por aqueles que não voltaram os “não-homens”, as “testemunhas integrais”, os “muçulmanos”. Levi afirmou que os sobreviventes escaparam por que de alguma forma tiveram algum privilégio. Ele próprio um químico que trabalhou (um tempo depois de chegar ao campo) a duras penas, após uma “Prova de Química” administrada por um SS que olhava-o como se ele não fizesse parte da raça humana, no Laboratório de Buna, fazendo desse modo parte do *Kommando* Químico, onde podia se aquecer e fugir das temperaturas baixíssimas da Polônia.

Levi (1988, p.9) pergunta se os homens os quais conviveu no campo podiam ser chamados de homens e pede para o leitor refletir sobre suas palavras e sobre o testemunho que deixou, como também, compartilha seu sofrimento e dos outros prisioneiros (*Haftlinge*) no poema abaixo:

É ISTO UM HOMEM?

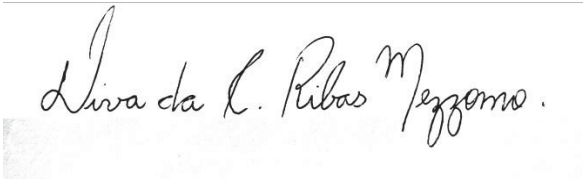
“Vocês que vivem seguros/ em suas cálidas casas, / vocês que, voltando à noite./ encontram comida quente e rostos amigos, / pensem bem se isto é um homem /que trabalha no meio do barro, /que não conhece a paz, /que luta por um pedaço de pão,/ que morre por um sim ou por um não. / Pensem bem se isto é uma mulher,/ sem cabelos e sem nome, /sem mais força para lembrar, /vazio os olhos, frio o ventre,/ como um sapo no inverno./ Pensem bem que isso aconteceu: /eu lhes mando essas palavras. /Gravem-na em seus corações /, estando em casa, andando na rua,/ ao deitar, ao levantar; / a doença os torne inválidos,/ os seus filhos virem o rosto para não vê-los.” (p.9)

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **HOMO SACER: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2007.
- AGAMBEN, G. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ANTELME, R. **A espécie humana**. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BUTLER, R. **A Gestapo: a história da polícia secreta de Hitler: 1933-1945**. São Paulo: Editora Escala, 2008.
- LEVI, P. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1988.
- LEVI, P. **A Trégua**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- LEVI, P. **Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- NETO, P. **A química segundo Primo Levi**. XIV Encontro Nacional de Ensino de Química. UFPR, 21 a 24 de julho de 2008. Curitiba/Pr. Disponível em: <[www. quimica. ufpr. br](http://www.quimica.ufpr.br) > resu...PDF. Acesso em: 23/10/2019.
- REES, L. **O Holocausto: uma nova história**. São Paulo: Vestígio, 2018.
- ZELLER, G. **O pavilhão dos padres: Dachau, 1938-1945**. São Paulo: Contexto, 2018.

Declaração de autoria e responsabilidade pelo trabalho

Declaro para os devidos fins que este texto por mim apresentado como monografia, visando a obtenção do Diploma de Especialista em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná, atende às seguintes condições: é de minha exclusiva autoria; na produção do referido texto não houve o uso indevido, antiético ou ilegal de trabalhos de outros autores, nem de práticas que possam ser consideradas como plágio; que a responsabilidade pela eventual ocorrência de práticas ilegais e antiéticas é exclusivamente minha; que não houve o auxílio de outras pessoas, remuneradas ou não, exceto, eventualmente, no que diz respeito à normalização ou revisão ortográfica do texto. Por fim, declaro estar ciente de que a eventual comprovação de tais práticas implicará em expulsão imediata deste curso, o que não me exime de outras penalidades previstas em lei.



Livia da C. Ribas Mezzomo.

quinta-feira, 30 de outubro de 2019